



A COMUNICAÇÃO PÚBLICA PODE FORTALECER A POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL?

Daiane Paim Köhler, jornalista, discente do curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja
Domingos Sávio Campos de Azevedo, Doutor em Ciência Política – Ufrgs, professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP – Mestrado e graduações Ciência Política e Publicidade e Propaganda - Unipampa, Campus São Borja

e-mail: daianekohler.aluno@unipampa.edu.br

Ao explorar a literatura, busca-se neste ensaio discutir de que forma a comunicação pública pode fortalecer as manifestações culturais, entendendo a cultura como o modo de vida próprio de cada povo, como explica Vila Nova (2016). Disseminada pela socialização entre os indivíduos, a cultura é o fundamento das sociedades, transmitida entre as gerações. Através da história, as relações sociais humanas sofreram grandes transformações, principalmente com o advento das tecnologias que não só acelerou o processo de difusão das informações como também causou – e ainda causa – mudanças de comportamentos, valores e até mesmo influencia as tradições culturais. Autores como Llosa (2013), Lipovetsky e Serroy (2015), e ainda Anderson (2006) são trazidos aqui para destacar alguns aspectos dessas mudanças culturais que se observa de forma globalizada. Considerando a necessidade de introjetar uma ação política que valorize mais a cultura e as políticas públicas culturais, contamos com as agências de socialização, em especial a família, a escola e a mídia. A mídia atua como veículo de informações e também como formadora de opinião. Assim, o objetivo aqui é que, a partir desta socialização, os cidadãos compartilhem um conjunto de orientações e atitudes políticas positivas em relação a cultura e as políticas públicas de cultura, tornando-se atores políticos ativos na defesa desta causa. Podemos considerar a comunicação de interesse público como sendo fundamental para que as políticas públicas culturais sejam levadas a termo de forma satisfatória. Ela coloca a centralidade do processo de comunicação nos atores políticos da cultura, por meio da garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo, do respeito a suas características e necessidades, do estímulo a participação ativa, racional e corresponsável. O avanço das mídias, dos aparelhos que reproduzem a estrutura tecnológica que vivenciamos hoje, permite a ascensão de infinitas comunidades de políticas públicas, com uma diversidade de possibilidades e focos diferenciados. Assim, um produtor de conteúdo não está mais isolado, definindo o que e como será consumido. Os cidadãos também atuam em diferentes escalas como coprodutores e em outros momentos também podem assumir o papel de produtores de conteúdo para a cidadania. E justamente a tecnologia pode ser um meio pelo qual a consolidação da comunicação de interesse público pode ser efetivada e ampliada, de forma a alcançar e interligar a sociedade civil organizada, o Estado e o mercado. A formulação de políticas públicas se constitui no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. Mesmo naqueles países onde o financiamento privado é predominante sobre os públicos, o Estado regula estes investimentos e se mantém presente economicamente em atividades artísticas e culturais e principalmente no fomento da equiparação de minorias étnicas e culturais, lógica que não ocorre no Brasil. Um sistema efetivo de incentivo à cultura só será possível por meio de sólidas políticas públicas destinadas à área cultural. Hoje não se fala mais em democratização da cultura, mas sim em democracia cultural. Não se trata de colocar a cultura ao alcance de todos, mas de fazer com que todos os grupos possam viver sua própria cultura. Pelo explorado neste ensaio, o questionamento inicial não se esgota, mas ao contrário, amplia-se: por que tanta diversidade cultural não se materializa em diferentes vertentes sociais, tais como a educação, a economia e outras frentes de desenvolvimento? Ao falar em cultura é preciso ter em vista que todas as suas manifestações importam e a tida cultura erudita é apenas uma vertente entre tantas outras formas. É necessário entender e refletir nas políticas públicas de cunho cultural que não existe cultura inferior ou superior, mas sim, diferentes e de igual importância.

Extinguir os preconceitos e as limitações entre as culturas elitistas e populares, além de estimular a diversidade cultural também são formas de fortalecer nossa cidadania, nossa democracia. E uma das maneiras para atingir a esse objetivo é consolidar as políticas públicas culturais se valendo da comunicação pública e demais processos de informação como importantes indicadores a serem captados no fortalecimento do interesse público.

Agradecimentos: UNIPAMPA

Palavras-chave: Comunicação Pública; Políticas Públicas; Cultura; Democracia;